

Opinião

EDITORIAL

A praga das notícias falsas

Barack Obama é muçulmano e não nasceu nos Estados Unidos. Marisa Letícia não morreu e foi vista na Itália. Aécio Neves foi flagrado em violência doméstica. Gilberto Gil chamou Sérgio Moro de “juizinho fajuto”. O estádio do Corinthians vai desabar. Além de beirar o absurdo, todas essas afirmações foram compartilhadas milhares de vezes em redes sociais, alimentando a praga das *fake news*, notícias falsas que finalmente começam a ser combatidas por grandes agregadores, como o *Google* e o *Facebook*.

O que começou de forma apenas provocativa entre grupos de interesse diverso se transformou nos últimos anos num grande negócio, uma vez que grande parte dos produtores desse conteúdo inventado viu na publicidade linkada à audiência um excelente ganha-pão. Ocorre que a febre começou a multiplicar os discursos de ódio e passou até a influenciar campanhas políticas. Já há provas suficientes de que *hackers* da Rússia alimentaram a indústria de boatos na campanha americana.

BOATOS, DISCURSOS DE ÓDIO E HISTÓRIAS INVENTADAS POVOAM A INTERNET

A reação começou, com o criador do Facebook, Mark Zuckerberg, prometendo melhorar seus mecanismos de identificação e controle, interrompendo sua “razão econômica”. Uma força-tarefa na UE se esforça nesse momento para impedir que o fenômeno dos EUA inunde as campanhas políticas neste ano na França, Holanda e Alemanha. A acusação tem caído outra vez sobre a Rússia, a quem interessaria enfraquecer o bloco com a vitória de partidos eurocéticos.

A própria imprensa séria corre riscos nessa época de espetacularização das notícias. O jornal alemão *Build* deu recentemente grande espaço em suas páginas a um boato sobre violações em massa cometidas por homens árabes num campo de refugiados. A revista *Time* informou equivocadamente que Donald Trump mandara retirar o busto de Martin Luther King do Salão Oval.

Por tudo isso é importante checar a procedência e a veracidade de uma informação antes de compartilhar, curtir, comentar ou criticar. A responsabilidade é de todos.

.....

.....

CONSELHO EDITORIAL - Alaide Quercia, Duilio Calciolari, Claudia Rei, Raphael Müller e Roberto Lira

DIRETORIA - DIRETOR EXECUTIVO: Raphael Müller - raphaelmuller@dcicom.br

REDAÇÃO - DIRETOR: Roberto Lira - roberto.lira@dcicom.br;
EDITORA-ABERTURA: Adriane Castilho - adriane.castilho@dcicom.br;
EDITORA-FECHAMENTO: Lilliana Lavoratti - lilliana@dcicom.br;
EDITORES: Anna Lúcia França, Fernanda Bompan, Fernando Miragaya, Jô Pasquatto, Paula Cristina Silva, Vanessa Stecanella e Wagner Gueller

CORRESPONDENTES: BAURU - Anna Maria Ferreira, ABCD - Juliana Cristina, BRASÍLIA - Abnôr Gondim, CAMPINAS - Milton Paes, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - Julio Ottoboni; **AGÊNCIAS NOTICIOSAS:** Agência Brasil (AB), Agência Estado (AE), Agência Lusa (AL) e Reuters

DEPARTAMENTO COMERCIAL - DIRETOR: Martim Novaes - martim.novaes@dcicom.br; **GERENTES:** Nacional - Sandro Bertolotti - sandrob@dcicom.br - **Publicidade Legal** - Carlos Pontes - carlos.pontes@dcicom.br

Publicidade - Para anunciar: (11) 5095-5300/5301 de 2ª a 6ª, das 8 às 19 horas, e-mail: comercial.institucional@dcicom.br/comercial.legal@dcicom.br

Departamento de assinaturas - ATENDIMENTO AO ASSINANTE (SAA): Dúvidas, sugestões ou reclamações: (11) 5095-5335 de 2ª a 6ª, das 8 às 18 horas, e-mail: atendimento@dcicom.br; Para assinar: São Paulo e Grande São Paulo - (11) 5095-5335, Demais localidades - 0800-77-03-324, assinaturas@dcicom.br

Redação - Telefone (11) 5095 5200, fax (11) 5095 5308, e-mail: redacao@dcicom.br

Sede São Paulo - Rua Major Quedinho, 90 - 7º e 8º andar, Centro, São Paulo, SP, CEP 01050-030, Telefone (11) 5095 5200

Sucursal Rio - Avenida Rio Branco, 156, sala 1616 / Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20040-901, Telefone (21) 3178 4517

Impressão - S.A. O Estado de S. Paulo

LILIANA LAVORATTI

EDITORA-FECHAMENTO
liliana@dcicom.br



PLANO DE VOO

O 'ensino' da reforma a deputados e jornalistas

Para aprovar a reforma da Previdência em meados de abril, na Câmara dos Deputados, como pretende, o governo está atuando não só no *front* externo, com campanhas de esclarecimento junto à população, mas também fazendo um *lobby* interno intenso. Leia-se: está realizando oficinas para explicar a proposta e vender a ideia de seus benefícios, junto a deputados, senadores e jornalistas. O principal propagandista é o autor do pacote, o secretário da Previdência, Marcelo Caetano. Um dos apoiadores, na Câmara, é o deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS), que relatou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Teto dos Gastos.

Medo das urnas

Para Leonardo Barreto, sócio da Factual Análise e Informação e analista da GO Associados, “toda medida sugerida e submetida à votação ganha ares de um ‘jogo de tudo ou nada’ para o Palácio do Planalto”. Isso porque o principal parâmetro para avaliar a saúde do governo de Michel Temer (PMDB) continua sendo a capacidade de aprovar a sua agenda econômica no Congresso. Barreto lembra que a pressão na aprovação da reforma não é só do governo. “Para os parlamentares, quanto maior o intervalo de tempo entre a aprovação da PEC e as próximas eleições, melhor.”

Banco digital chega ao...

A Saque e Pague, rede de autoatendimento multisserviços bancários e não bancários, desenvolveu uma solução inédita no Brasil. Criou uma tecnologia para terminais de autoatendimento em que os clientes podem emitir cartão de conta corrente na hora, serviço totalmente pioneiro; depositar ou fazer o pagamento de contas em dinheiro, diretamente no terminal e sem envelope, num total de 40 transações no ambiente digital. Neste novo conceito de atendimento e novos serviços, a proposta é criar pontos de conveniência bancária totalmente digitais.

...interior do País

A instituição pioneira na realização da ideia foi o Banpará (Banco do Estado do Pará), que inaugurou o Banpará Digital no último dia 15, em Belém. O ponto de conveniência digital opera com horário estendido, seguindo o funcionamento do Shopping Boulevard, onde está localizado. Segundo Givanildo Luz, presidente da Saque e Pague, as plataformas digitais devem crescer muito no setor bancário brasileiro: “Estamos preparados para esse movimento e podemos agregar muito para as instituições financeiras digitais que certamente surgirão nos próximos anos”, afirma.

Caminho inverso

A Quantum, marca brasileira de *smartphones* que iniciou suas operações em 2015, no *e-commerce*, está ampliando sua presença no varejo tradicional. Seu aparelho top de linha, o Quantum FLY, passa a ser comercializado em várias redes. “Ganhamos um reforço importantíssimo ao contarmos com uma robusta rede de lojas físicas ofertando nossos produtos. Assim, estamos dando um grande e estratégico salto para reforçar a presença da Quantum de norte a sul do Brasil”, destaca Marcelo Reis, diretor comercial e marketing da Quantum.

ARTIGO

Uma nova política fiscal

O governo Temer avançaria redefinindo metas para resultados estruturais

Desde 1999 que a política fiscal no Brasil tem sido formatada para alcançar uma meta anual de superávit primário como proporção do Produto Interno Bruto (PIB). A meta é definida pela Lei Orçamentária Anual em termos nominais, tomando-se como base estimativas do Ministério da Fazenda a respeito do crescimento do PIB e da taxa de inflação. Como o governo não tem controle direto sobre o crescimento econômico, o superávit primário realizado pode ficar abaixo do estimado, caso o crescimento efetivo do PIB seja menor do que o esperado. Em virtude disso, a regra fiscal foi posteriormente refinada por intermédio da possibilidade de abatimento de uma parte (até 0,5% do PIB) do investimento realizado pelo setor público.

A lógica da política de meta de superávit primário consiste em orientar a política fiscal para garantir a solvência do setor público no médio e longo-prazo; ou seja, define-se uma meta de superávit primário que seja suficientemente alta para permitir a estabilidade/redução da dívida pública como proporção do PIB ao longo do tempo.

A grande recessão iniciada no segundo semestre de 2014, contudo, eliminou a capacidade de geração de superávits primários por parte do setor público no Brasil. Com efeito, o superávit primário do setor público passou de 1,72% do PIB em 2013 para -1,88% do PIB em 2015. Para o ano de 2016 espera-se um déficit primário em torno de 2,5% do PIB.

Alguns economistas argumentam que essa deterioração fiscal deve-se exclusivamente ao efeito da recessão sobre a arrecadação tributária, descartando a necessidade de um ajuste fiscal. A realização do mesmo no meio de uma forte recessão só atuaria no sentido de aumentar o desequilíbrio fiscal, em função dos efeitos nega-

tivos de uma política fiscal contracionista sobre o nível de atividade econômica e, portanto, sobre a própria capacidade de arrecadação do setor público.

Em estudo publicado em maio de 2016, a Secretaria de Política Econômica elaborou uma metodologia para o cálculo do resultado primário estrutural, ou seja, o resultado primário que é consistente com a economia operando com pleno-emprego de fatores de produção, com os preços dos ativos ao seu nível de equilíbrio de longo-prazo e livre de efeitos de eventos não-recorrentes. Assim, obtêm-se uma medida do resultado primário que está livre da influência do ciclo econômico, de bolhas de ativos e da “contabilidade criativa”.

Duas conclusões importantes do estudo. Em primeiro lugar, o resultado primário estrutural tem apresentado uma tendência declinante desde 2006, evidenciando assim a existência de um elemento estrutural na atual crise fiscal no Brasil. Em segundo lugar, ao se calcular o assim chamado impulso fiscal – definido como a diferença entre o resul-

tado primário estrutural entre o ano corrente e o anterior – constata-se que a política fiscal no período 2003-2015 foi, em geral, pró-cíclica; ou seja, a política fiscal foi expansionista nos momentos de *boom* econômico e contracionista durante os momentos recessivos.

Uma política fiscal pró-cíclica amplifica, ao invés de reduzir, os efeitos dos choques sobre a economia. Dessa forma, o governo Temer poderia avançar na reforma da arquitetura macroeconômica brasileira se redefinisse a política fiscal em torno de metas para o resultado estrutural do setor público.

JOSÉ LUIS OREIRO

PROFESSOR DO INSTITUTO DE ECONOMIA DA UFRJ



jose.oreiro@ie.ufrj.br



Panorama Diário Comercial e Publicidade Ltda.

“É vetada a reprodução parcial ou integral do conteúdo deste jornal, a não ser com a autorização expressa do Diretor de Redação”

